



18 de dezembro de 2023
CONTAS REGIONAIS (BASE 2016)
2021 final e 2022 provisório

EM 2022, O PIB DE TODAS AS REGIÕES ULTRAPASSOU O NÍVEL PRÉ-PANDEMIA, DESTACANDO-SE A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 17,4% ACIMA DO VALOR REGISTADO EM 2019

Em 2022, em termos reais, estima-se que o PIB tenha aumentado 6,8% no país, com todas as regiões a registarem crescimentos. O Algarve (17,0%), a Região Autónoma da Madeira (14,2%) e a Área Metropolitana de Lisboa (8,2%), apresentaram desempenhos superiores ao país; a Região Autónoma dos Açores (6,8%) teve um desempenho idêntico ao país; o Norte (5,6%), o Alentejo (4,7%) e o Centro (3,8%) apresentaram crescimentos mais moderados. Refira-se que, em larga medida, as regiões que apresentaram desempenhos mais modestos em 2022 tinham sido menos afetadas pela pandemia nos dois anos anteriores. Em sentido oposto, as regiões com crescimentos mais intensos em 2022 tinham registado contrações mais fortes nos anos da pandemia.

Estima-se que, em 2022, o PIB nominal de todas as regiões tenha ultrapassado o valor do ano pré pandemia, com uma variação similar ao país (13,0%), destacando-se a Região Autónoma da Madeira com um PIB nominal de 17,4% acima do valor registado em 2019.

Em 2021, em termos reais, o PIB cresceu em todas as regiões, em especial na Região Autónoma da Madeira (9,2%), no Algarve e na Região Autónoma dos Açores (ambas com 7,4%) e no Alentejo (6,8%). A Área Metropolitana de Lisboa (5,7%) e o Norte (5,6%) registaram um crescimento próximo do país, enquanto o Centro (4,9%) foi a região com crescimento mais moderado.

Em 2021, o PIB *per capita* nas vinte e cinco regiões NUTS III, tomando como referência a média nacional, registou o valor mínimo na região Tâmega e Sousa (63,6) e o valor máximo na Área Metropolitana de Lisboa (127,3), como já acontecia no ano anterior. Contudo, a diferença diminuiu de 64,8 p.p. para 63,7 p.p. em 2021, em resultado da diminuição do índice do PIB *per capita* da Área Metropolitana de Lisboa (-1,1 p.p.), uma vez que o índice da região Tâmega e Sousa não se alterou.

O INE divulga as Contas Regionais finais de 2021 e provisórias de 2022 consistentes com as Contas Nacionais Anuais, publicadas em 22 de setembro de 2023. Na primeira parte deste destaque são apresentados os principais resultados provisórios, para 2022, seguindo-se a informação com caráter final referente a 2021, que inclui PIB, VAB, análise da Coesão Regional, Formação Bruta de Capital Fixo e Contas das Famílias. No final é apresentado um breve resumo das revisões de 2021 relativas aos resultados provisórios.

Os resultados de 2021, agora divulgados, beneficiam de informação mais sólida, completa e detalhada que a anterior versão provisória, nomeadamente da Informação Empresarial Simplificada, da Conta Geral do Estado e dos resultados por tipo de despesa e receita do subsector das administrações públicas locais.



São igualmente atualizados os resultados do PIB das regiões portuguesas em Paridades de Poder de Compra, refletindo já a informação mais recente disponibilizada no dia 14 pelo INE e pelo Eurostat.

De acordo com a legislação europeia, a atualização quinquenal do ano de referência das Contas Nacionais ocorrerá em 2024, tendo por referência o ano de 2021. A nova base integrará nomeadamente os resultados dos Censos 2021, com impactos principalmente ao nível das rendas e do emprego. Prevê-se a divulgação de resultados das Contas Regionais em dezembro de 2024, de acordo com o calendário habitual.

Para além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder no portal do INE, na área das Contas Nacionais, especificamente em D – Contas Regionais, a toda a informação detalhada disponível:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010b2016&contexto=cr&selTab=tab3&pe_rfil=392023561&INST=391966542

I. Produto Interno Bruto

1. Resultados provisórios de 2022

De acordo com os resultados provisórios das Contas Regionais, em 2022, o PIB do país registou um crescimento nominal de 12,2%. Todas as regiões apresentaram variações positivas, sendo as mais intensas observadas no Algarve (21,3%), na Região Autónoma da Madeira (19,8%) e na Área Metropolitana de Lisboa (14,1%), regiões mais afetadas pela pandemia. Para as restantes regiões estimam-se variações nominais abaixo da média do país, sendo 12,0% na Região Autónoma dos Açores, 10,4% no Norte e no Alentejo, distanciando-se ligeiramente o Centro, com um crescimento nominal de 9,1%.

Estima-se que, em 2022, o PIB de todas as regiões tenha ultrapassado o valor do ano pré pandemia, com uma variação similar ao país (13,0%), destacando-se a Região Autónoma da Madeira com um PIB nominal de 17,4% acima do valor registado em 2019.

Quadro 1. Produto Interno Bruto por NUTS II – 2022Po

Regiões	2022Po			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	71.873	29,7	10,4	5,6
Centro	45.029	18,6	9,1	3,8
A. M. Lisboa	87.368	36,1	14,1	8,2
Alentejo	15.157	6,3	10,4	4,7
Algarve	11.624	4,8	21,3	17,0
R. A. Açores	5.110	2,1	12,0	6,8
R. A. Madeira	6.021	2,5	19,8	14,2
Extra-regio	159	0,1	-	-
Portugal	242.341	100,0	12,2	6,8

Po - dados provisórios



Em termos reais, o PIB aumentou 6,8% no país, tendo-se registado crescimento em todas as regiões, mais intenso no Algarve (17,0%), na Região Autónoma da Madeira (14,2%) e na Área Metropolitana de Lisboa (8,2%). A Região Autónoma dos Açores (6,8%) registou uma variação idêntica ao país, enquanto o Norte (5,6%), o Alentejo (4,7%) e o Centro (3,8%) apresentaram crescimentos reais mais moderados. Refira-se que, em larga medida, as regiões que apresentaram desempenhos mais modestos em 2022 tinham sido menos afetadas pela pandemia nos dois anos anteriores. Em sentido oposto, as regiões com crescimentos mais intensos em 2022 registaram contrações mais fortes nos anos da pandemia.

Para o crescimento real do PIB do Algarve, da Região Autónoma da Madeira e da Área Metropolitana de Lisboa contribuiu significativamente o VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* e dos *serviços prestados às empresas*, atividades com relevância significativa na estrutura produtiva destas regiões, que registaram acréscimos do VAB, em volume, de 36,7%, 33,4% e 18,4%, respetivamente, no primeiro ramo e 25,0%, 27,5% e 10,4% no segundo.

O crescimento do PIB da Região Autónoma dos Açores (6,8%), embora tenha beneficiado do crescimento ligeiramente acima do país do VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (18,3%) e dos *serviços prestados às empresas* (19,6%), foi condicionada pelo decréscimo do VAB da *agricultura, silvicultura e pesca* (-2,6%).

Relativamente à região Norte, destaca-se o crescimento do VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (12,0%) e dos *serviços prestados às empresas* (9,6%).

No Alentejo, o acréscimo mais moderado do PIB foi, em grande medida, condicionado pelo crescimento do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (13,9%) inferior ao país e, sobretudo, pelos decréscimos do VAB da *indústria extrativa* (-15,5%) e da *agricultura, silvicultura e pesca* (-6,0%).

A evolução relativamente moderada do PIB da região Centro traduz um crescimento do VAB inferior ao do país em quase todos os ramos de atividade, em especial da *agricultura, silvicultura e pesca*, que decresceu 12,6%.

2. Resultados finais de 2021

Em 2021, o PIB do país registou uma variação nominal de 7,7% e real de 5,7%. Em termos nominais, o PIB cresceu em todas as regiões, embora de forma mais acentuada na Região Autónoma da Madeira (12,9%) e no Algarve (12,4%), regiões que têm em comum um peso relativo elevado das atividades ligadas ao turismo, que registaram decréscimos muito acentuados em 2020, tendo iniciado alguma recuperação em 2021. No Alentejo (10,1%) e na Região Autónoma dos Açores (9,5%) registaram-se acréscimos menos acentuados, embora superiores à média nacional. O Norte (7,5%), o Centro (7,2%) e a Área Metropolitana de Lisboa (6,9%) apresentaram variações nominais mais moderadas e inferiores ao país.

Note-se que o PIB das regiões Norte, Centro, Alentejo e Região Autónoma dos Açores, apesar do crescimento nominal mais moderado, apresentou em 2021 valores superiores a 2019. Situação inversa verificou-se com as



regiões Algarve, Região Autónoma da Madeira e Área Metropolitana de Lisboa, que mantiveram os valores de PIB inferiores ao ano pré-pandemia.

Em termos reais, em 2021, o PIB cresceu em todas as regiões, em especial na Região Autónoma da Madeira (9,2%), no Algarve e na Região Autónoma dos Açores (ambas com 7,4%) e no Alentejo (6,8%). A Área Metropolitana de Lisboa (5,7%) e o Norte (5,6%) registaram um crescimento próximo do país, enquanto o Centro (4,9%) foi a região com crescimento mais moderado.

Quadro 2. Produto Interno Bruto por NUTS II – 2021

Regiões	2021			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	65.110	30,1	7,5	5,6
Centro	41.287	19,1	7,2	4,9
A. M. Lisboa	76.603	35,5	6,9	5,7
Alentejo	13.732	6,4	10,1	6,8
Algarve	9.584	4,4	12,4	7,4
R. A. Açores	4.561	2,1	9,5	7,4
R. A. Madeira	5.026	2,3	12,9	9,2
Extra-regio	151	0,1	-	-
Portugal	216.053	100,0	7,7	5,7

Para o crescimento real do PIB da Região Autónoma da Madeira, da Região Autónoma dos Açores e do Algarve contribuiu significativamente a evolução do VAB do ramo do *comércio, transportes e alojamento e restauração*, com crescimento superior à média nacional, respetivamente 17,4%, 20,3% e 10,7%. A Região Autónoma da Madeira e o Algarve também beneficiaram do crescimento do VAB dos ramos dos *serviços prestados às empresas*, em 29,0% e 20,1%, respetivamente. O PIB da Região Autónoma dos Açores beneficiou do crescimento do VAB do ramo da *agricultura, silvicultura e pesca* (6,2%), ramo relevante na sua estrutura produtiva.

No Alentejo, o acréscimo do PIB foi, em grande medida, determinado pelo crescimento significativo do VAB do ramo da *indústria e energia* (20,4%), em particular do setor petroquímico instalado no complexo portuário, industrial e logístico de Sines, e pelo VAB do ramo das *indústrias extrativas* (37,3%). Beneficiou ainda do crescimento do VAB do ramo *comércio, transportes e alojamento e restauração* (4,5%), enquanto o VAB do ramo da *agricultura, silvicultura e pesca, com peso na região*, cresceu mais moderadamente (3,9%).

A variação do PIB da Área Metropolitana de Lisboa foi influenciada mais intensamente pelo crescimento do VAB do ramo do *comércio, transportes e alojamento e restauração* (7,5%) e mais moderadamente pelo VAB dos ramos da *administração pública, saúde e educação* e dos *serviços prestados às empresas* (ambos com 4,8%), atividades importantes na estrutura produtiva da região e que cresceram menos que o país.



O crescimento do PIB do Norte, ligeiramente inferior ao do país, foi condicionado pelo crescimento moderado do VAB das *atividades financeiras e de seguros* (3,7%), dos *serviços de informação e comunicação* (6,7%) e do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (7,9%).

Na região Centro, o crescimento menos intenso do PIB resultou, em grande medida, do desempenho mais moderado do VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (6,1%), dos *serviços prestados às empresas* (5,8%) e das *atividades financeiras e de seguros* (0,3%).

Em 2021, a produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre o VAB em termos reais e o emprego total medido em indivíduos, aumentou 3,5% no país, com todas as regiões a registarem acréscimos da produtividade, sendo os mais expressivos e superiores à média nacional, observados na Região Autónoma da Madeira (7,9%), na Região Autónoma dos Açores (5,1%) e no Alentejo e Algarve (ambos com 4,3%). No Norte registou-se um acréscimo próximo da média nacional (3,6%), enquanto na Área Metropolitana de Lisboa (3,0%) e no Centro (2,8%), registaram-se acréscimos inferiores à média do país.

Quadro 3. VAB, Produtividade e Custo trabalho por unidade produzida por NUTS II – 2021

Regiões	2021							
	VAB				Variação			
	10 ⁶ Euros	%	Valor (%)	Volume (%)	Indivíduos totais (%)	Produtividade (%)	Remuneração Média (%)	Custo Trabalho por Unidade Produzida (%)
Norte	56.361	30,1	6,8	5,3	1,6	3,6	5,9	2,2
Centro	35.740	19,1	6,4	4,6	1,8	2,8	5,0	2,2
A. M. Lisboa	66.310	35,4	6,2	5,4	2,4	3,0	4,7	1,7
Alentejo	11.887	6,4	9,3	6,5	2,1	4,3	4,0	-0,3
Algarve	8.296	4,4	11,6	7,2	2,8	4,3	5,2	0,9
R. A. Açores	3.948	2,1	8,8	7,2	2,0	5,1	3,5	-1,5
R. A. Madeira	4.398	2,4	12,4	9,0	1,0	7,9	4,9	-2,8
Extra-regio	131	0,1	-	-	-	-	-	-
Portugal	187.070	100,0	7,0	5,5	2,0	3,5	5,1	1,6

Como resultado do diferencial de crescimento da produtividade face à variação da remuneração média anual, o custo de trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuiu na Região Autónoma da Madeira (-2,8%), na Região Autónoma dos Açores (-1,5%) e no Alentejo (-0,3%). Pelo contrário, o CTUP cresceu acima da média nacional no Norte e Centro (ambos 2,2%), enquanto na Área Metropolitana de Lisboa apresentou uma variação próxima do país (1,7%) e no Algarve um crescimento menos expressivo (0,9%).

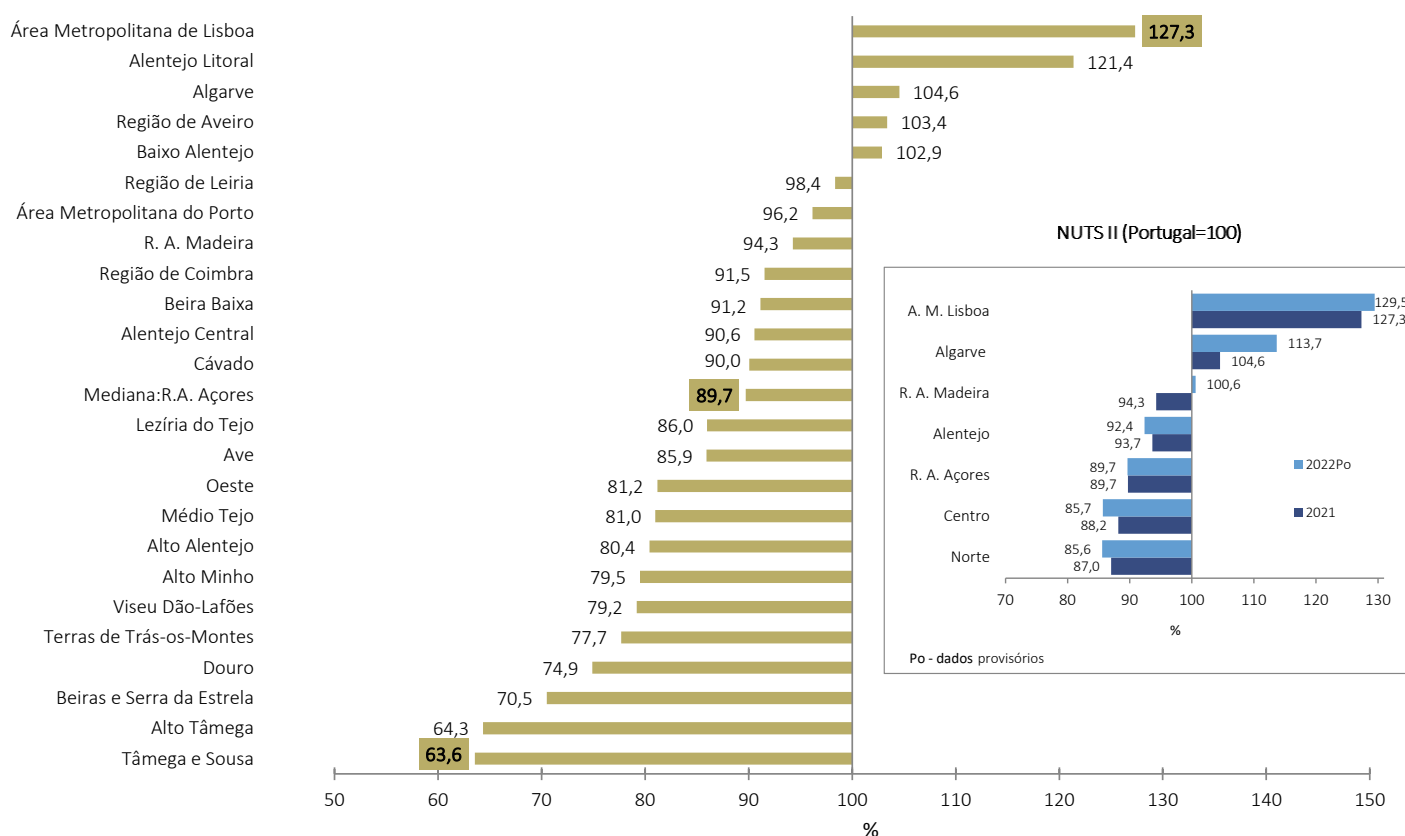


II. Coesão Regional

A figura 1 apresenta os índices de disparidade regional do PIB *per capita*¹ das regiões NUTS II e NUTS III² em relação à média nacional (Portugal = 100).

Considerando as regiões NUTS II, a Área Metropolitana de Lisboa destacava-se em 2021 como a região com o índice de disparidade regional do PIB *per capita* mais elevado (127,3), embora inferior a 2020 (129,5). Com menor expressão (104,6), o Algarve também apresentava o índice de disparidade regional do PIB *per capita* superior à média nacional, tendo aumentado face a 2020 (99,9). As restantes regiões NUTS II apresentavam índices inferiores à média nacional, sendo o Norte a região com o menor índice (87,0) seguido do Centro (88,2).

Figura 1. Índices de disparidade do PIB *per capita*, por NUTS III – 2021 (Portugal=100)



¹ O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região, com a população residente.

² Note-se que a Área Metropolitana de Lisboa, o Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são simultaneamente regiões NUTS II e NUTS III.



Em 2022, de acordo com os dados provisórios, para além da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, também a Região Autónoma da Madeira apresentava o índice de disparidade regional do PIB *per capita* superior à média nacional, com os valores de, respetivamente, 129,5, 113,7 e 100,6, superiores aos de 2021.

Os dados provisórios de 2022 indiciam um aumento da disparidade regional do PIB *per capita*, tendo o índice da região Norte diminuído 1,4 p.p. e o da Área Metropolitana de Lisboa aumentado 2,2 p.p..

Em 2021, as assimetrias do PIB *per capita* entre as vinte e cinco regiões NUTS III, atingiram a sua expressão máxima na comparação do índice da Área Metropolitana de Lisboa (127,3) com o da região Tâmega e Sousa (63,6), tal como acontecia em 2020. No entanto, verificou-se uma ligeira diminuição da disparidade regional, tendo a diferença entre as duas regiões diminuído de 64,8 p.p. em 2020, para 63,7 em 2021, em resultado da diminuição (1,1 p.p.) do índice da Área Metropolitana de Lisboa, e o do Tâmega e Sousa ter permanecido igual. A mediana deste indicador aumentou de 88,7 para 89,7, indicando também uma diminuição da disparidade.

Em 2021, o Alentejo era a NUTS II com maior disparidade regional (41,0 p.p.), resultante da diferença entre os índices do Alentejo Litoral (121,4) e do Alto Alentejo (80,4). Face a 2020, registou-se um aumento significativo da disparidade devido ao aumento de 14,9 p.p. do índice do PIB *per capita* da região do Alentejo Litoral e à diminuição de 0,8 p.p. do mesmo indicador do Alto Alentejo.

A região Centro apresentava uma disparidade significativamente inferior à do Alentejo, com um diferencial de 32,9 p.p. entre o maior e o menor índices observados, respetivamente na Região de Aveiro que, com 103,4, passou a ser a única região NUTS III do Centro com o índice de disparidade regional do PIB *per capita* superior à média nacional, e nas Beiras e Serra da Estrela (70,5). Contudo, a disparidade nesta região agravou-se face a 2020 (29,3 p.p.).

Por fim, a região Norte apresentava uma disparidade regional (32,6 p.p.), ligeiramente inferior à da região Centro, correspondendo à diferença entre os índices da Área Metropolitana do Porto (96,2) e do Tâmega e Sousa (63,6). Em 2020 aquele diferencial era de 32,8 p.p. entre as mesmas regiões NUTS III.

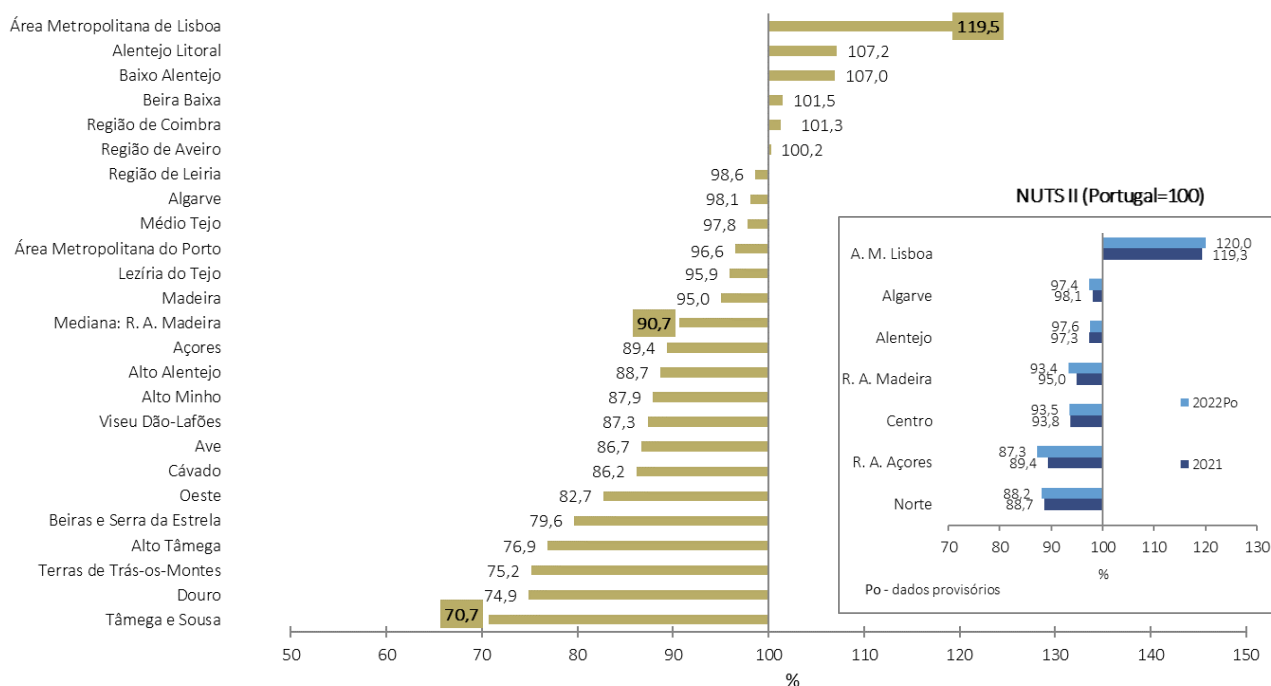
Em 2021 e 2022 (ver figura 2), a Área Metropolitana de Lisboa apresentava índices de disparidade da produtividade³ superiores à média nacional, embora inferiores aos índices de disparidade do PIB *per capita*. As restantes regiões NUTS II apresentavam índices de disparidade da produtividade inferiores à média nacional, sendo os das regiões Norte, Centro e Alentejo superiores aos índices de disparidade do PIB *per capita*.

Em 2021, considerando as regiões NUTS III, observou-se uma redução da disparidade regional da produtividade, com um diferencial de 48,8 p.p. entre o maior e o menor índices observados, respetivamente na Área Metropolitana de Lisboa (119,5) e na região do Tâmega e Sousa (70,7). Em 2020, o diferencial, entre as mesmas regiões, era de 49,6 p.p.. A mediana deste indicador aumentou de 89,8 para 90,7, confirmando a diminuição da disparidade.

³ Produtividade avaliada pelo quociente entre o PIB e o número de total de indivíduos empregados.

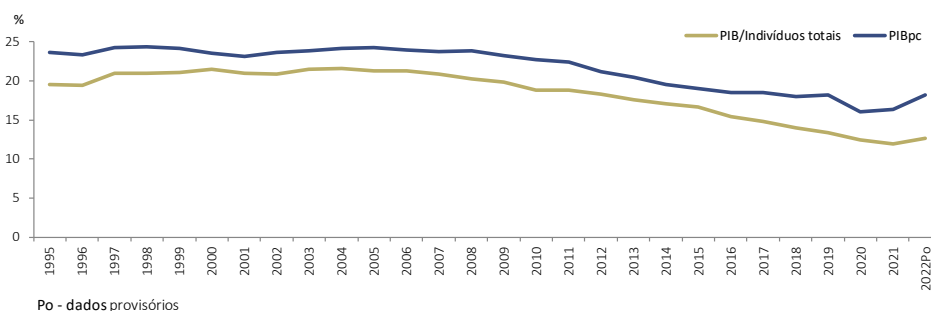


Figura 2. Índices de disparidade da Produtividade, por NUTS III – 2021 (Portugal=100)



O grau de coesão regional pode ainda ser avaliado pelo desvio absoluto médio ponderado⁴ do PIB *per capita* e da produtividade. A figura 3 apresenta a evolução destes indicadores, verificando-se, um aumento de 0,3 p.p. no desvio absoluto médio ponderado do PIB *per capita*, que se fixou em 16,4%, em 2021, enquanto o da produtividade diminuiu de 12,4% para 11,9%. Em 2022, estimou-se um aumento de 1,8 p.p. no desvio absoluto médio ponderado do PIB *per capita* e 0,7 p.p. no desvio absoluto médio ponderado da produtividade, o que significa a diminuição do grau de coesão.

Figura 3. Dispersão do PIB *per capita* e da Produtividade por NUTS III – 1995 a 2022Po



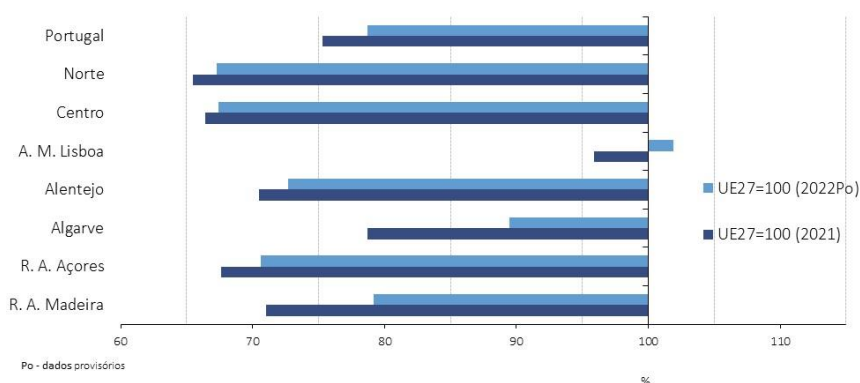
⁴ O desvio do PIB *per capita* ponderado pela população e o desvio da Produtividade ponderado pelo número total de indivíduos empregados.



PIB regional expresso em Paridades de Poder de Compra – comparação internacional⁵

O PIB *per capita* em Portugal, expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC), correspondeu a 75,3% e 78,7% da média da União Europeia (UE27) em 2021 e 2022, respetivamente, traduzindo uma redução de 1,0 p.p. em 2021 e um aumento de 3,4 p.p. em 2022, devido à forte recuperação da atividade económica, em larga medida associada ao grande crescimento do turismo, após a forte redução durante o período pandémico. Em 2022, a Área Metropolitana de Lisboa superou a média europeia, com um índice 101,9% (+6,0 p.p.), embora ligeiramente abaixo da posição que ocupava em 2019 (102,3%). As restantes regiões aproximaram-se da UE27, em especial o Algarve (89,5%; +10,8 p.p.), a Região Autónoma da Madeira (79,2%; +8,2 p.p.), o Alentejo (72,7%; +2,2 p.p.) e a Região Autónoma dos Açores (70,6%; +3,0 p.p.), superando todas os índices que apresentavam no ano pré-pandemia. O Norte (67,3%; +1,8 p.p.) e o Centro (67,4%; +1,0 p.p.) apesar de uma ligeira aproximação à média da UE27, mantêm-se como as regiões mais pobres.

Figura 4. Índices de disparidade do PIB *per capita* em PPC – 2021 e 2022Po



Em 2021, como a figura 5 demonstra, existiam diferenças consideráveis do PIB *per capita* entre os países da União Europeia, sendo possível verificar que a disparidade observada em Portugal era das menores no conjunto dos países da UE27 com mais do que uma região NUTS II, variando entre 65,5% da média da UE27 na região Norte e 95,9% na Área Metropolitana de Lisboa. Contudo, face a 2020, diminuiu a coesão das regiões de Portugal face à UE27. De acordo com a informação disponível na base de dados do Eurostat⁶, o PIB *per capita* regional, expresso em PPC, oscilou entre o mínimo de 28% da média da União Europeia na região francesa de Mayotte e o máximo de 266% na região Luxemburgo, tendo a disparidade regional na UE27 aumentado 6,0 p.p. face a 2020. As regiões que registaram o PIB *per capita* em PPC mais elevado, excluindo Luxemburgo por constituir uma única região, foram as regiões de Southern (261%) e Eastern & Midland (239%) na Irlanda, Bruxelas na Bélgica (204%), Praga na República Checa (203%) e Hamburgo na Alemanha (191%).

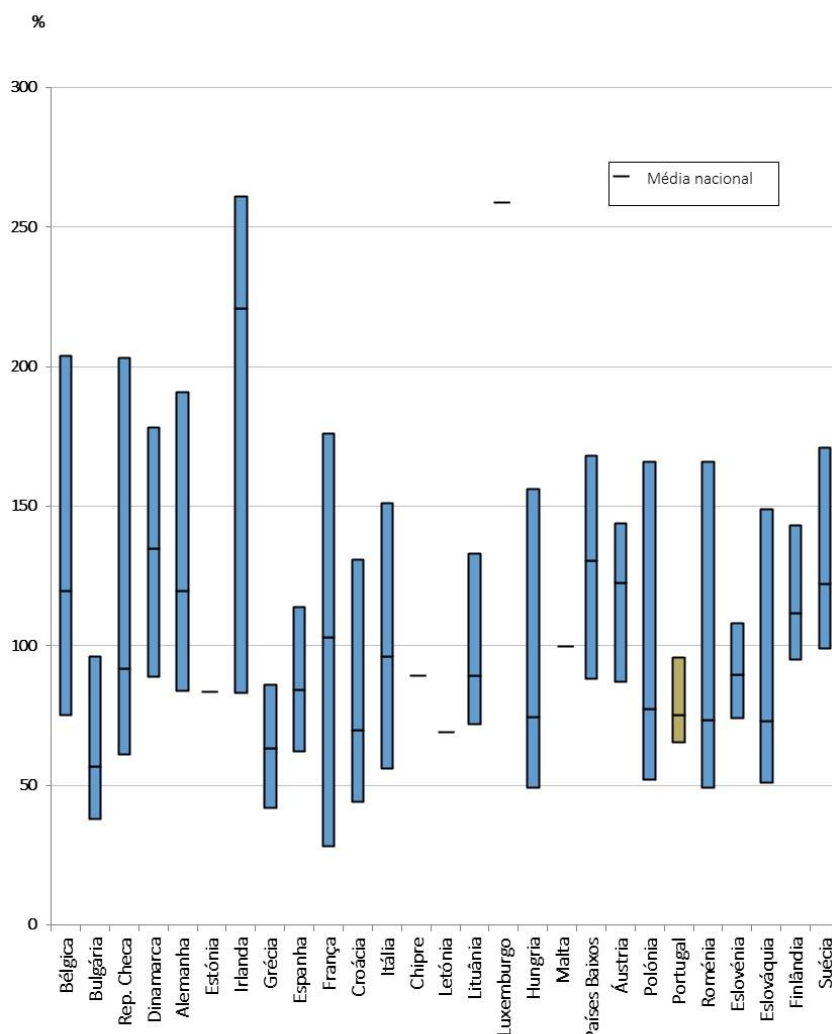
⁵ A apreciação destas assimetrias deve ter em conta que a conversão de euros para PPC, aplicável no quadro da regulamentação da União Europeia, é feita uniformemente para todas as regiões de cada Estado Membro, não sendo contempladas as diferenças intranacionais de preços relativos ao nível das regiões NUTS II ou NUTS III.

⁶ Importa sublinhar que os dados subjacentes à presente análise foram extraídos do portal do Eurostat, apresentando como data da última atualização 21 de fevereiro de 2023, não refletindo portanto eventuais atualizações que venham a ocorrer no futuro próximo, nomeadamente no contexto do quadro de transmissão das Contas Regionais.



Figura 5. Disparidade do PIB *per capita* nos países da União Europeia em 2021

Em PPC, UE27=100



Fonte: INE, Contas Regionais e EUROSTAT

Em 2021, quinze países da UE27⁷ aproximaram o seu PIB *per capita* à média da UE27, tendo cinco deles aumentado a coesão interna (Espanha, Áustria, Polónia, Roménia e Finlândia), três países mantiveram (Grécia, Itália e Suécia) e os restantes reduziram a coesão interna (Alemanha, Bulgária, França, Croácia, Lituânia, Hungria e Eslovénia). Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Países Baixos, Portugal, República Checa e Eslováquia, apresentaram um afastamento do PIB *per capita* face à média UE27, embora os quatro primeiros países apresentassem índices superiores à média da UE27.

⁷ Excluindo os países constituídos por uma única região.



III. Formação Bruta de Capital Fixo de 2021

Em 2021, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país registou um crescimento nominal de 13,3%, com o maior contributo das atividades imobiliárias, atingindo 43 640 milhões de euros. Todas as regiões contribuíram para esse crescimento, destacando-se a Área Metropolitana de Lisboa, com um contributo de 4,7 p.p., seguindo-se o Norte (3,8 p.p.), o Centro (2,2 p.p.), o Alentejo (1,2 p.p.), o Algarve e a Região Autónoma da Madeira (ambas com 0,5 p.p.) e a Região Autónoma do Açores (0,4 p.p.).

Quadro 4. Formação Bruta de Capital Fixo por NUTS II – 2021

Regiões	2021			
	10 ⁶ Euros	%	Variação Anual (%)	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)
Norte	13.413	30,7	12,3	3,8
Centro	7.862	18,0	12,4	2,2
A. M. Lisboa	15.443	35,4	13,1	4,7
Alentejo	3.168	7,3	17,0	1,2
Algarve	1.908	4,4	12,5	0,5
R.A. Açores	861	2,0	21,0	0,4
R.A. Madeira	972	2,2	22,2	0,5
Extra-regio	14	0,0	-	-
Portugal	43.640	100,0	13,3	13,3

Para o crescimento da FBCF nas regiões Norte (12,3%) e Centro (12,4%) foi determinante o acréscimo do investimento realizado na *indústria e energia* (13,9% e 12,2%, respetivamente) e no ramo das *atividades imobiliárias* (18,2% e 17,7%). A variação positiva da FBCF na Área Metropolitana de Lisboa (13,1%) resultou, sobretudo, do acréscimo do investimento nos ramos das *atividades imobiliárias* (26,3%) e das *atividades informação e comunicação* (23,2%). No Algarve o acréscimo da FBCF (12,5%) tem como razão principal o aumento do investimento nos ramos das *atividades imobiliárias* (31,3%) e da *administração pública, defesa, saúde e educação* (29,1%).

As Regiões Autónomas registaram o maior crescimento da FBCF no país em 2021 e, juntamente com o Alentejo tiveram um crescimento da FBCF acima da média nacional. A principal justificação para o crescimento da FBCF na Região Autónoma dos Açores (21,0%) foi o acréscimo do investimento no ramo das *atividades imobiliárias* (49,0%), no ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (15,9%) e na *indústria e energia* (29,5%). Já na Região Autónoma da Madeira o acréscimo da FBCF (22,2%) deveu-se, sobretudo, ao aumento do investimento no ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (33,5%), no ramo da *administração pública, defesa, saúde e educação* (54,3%) e nas *atividades imobiliárias* (18,8%).

No Alentejo, para o crescimento da FBCF (17,0%) foi determinante o investimento realizado na *indústria e energia* (30,8%), no *comércio, transportes, alojamento e restauração* (14,9%) e nas *atividades imobiliárias* (18,1%).



IV. Contas das famílias de 2021

O Rendimento Primário Bruto (RPB⁸) atingiu 149 106 milhões de euros em 2021 e o Rendimento Disponível Bruto (RDB⁹) foi de 148 913 milhões de euros, correspondendo a variações de 6,1% e 5,2%, respetivamente.

No quadro 5 pode observar-se que o RPB cresceu acima da média nacional no Algarve (8,9%), região que tinha apresentado a maior contração em 2020 (-8,5%) devido à pandemia e na Região Autónoma da Madeira (7,0%). Crescimentos nominais mais próximos da média do país registaram-se na Região Autónoma dos Açores (6,5%), no Centro e no Alentejo (ambos com 6,4%) e no Norte (6,0%). A Área Metropolitana de Lisboa foi a região que apresentou menor crescimento do RPB (5,6%), em grande medida devido ao crescimento das remunerações nesta região (7,1%) ter sido ligeiramente inferior ao país (7,4%).

Quanto ao RDB, o maior acréscimo observou-se igualmente no Algarve (8,4%), claramente acima do registado no país (5,2%), explicado, para além do crescimento do RPB, pelo aumento das prestações sociais (9,1%), tendo as recebidas do resto do mundo (pensões) subido 17,9%.

Quadro 5. Rendimento Primário Bruto e Rendimento Disponível Bruto das Famílias por NUTS II – 2021

Regiões	2021										
	RPB					RDB					
	Total	Variação Anual				Total	Variação Anual				
		Do qual:			Impostos		Do qual:				
		Remunerações	Excedente Bruto de Exploração/Rend. Misto	Rendimentos Propriedade Líquidos			Contribuições Sociais Líquidas	Prestações Sociais Líquidas	Outras Transferências correntes diversas Líquidas		
10 ⁶ Euros	%	%	%	%	10 ⁶ Euros	%	%	%	%	%	
Norte	45.717	6,0	8,2	4,7	-13,8	45.702	4,6	9,1	9,7	5,1	2,9
Centro	29.293	6,4	6,8	9,5	-12,6	30.571	5,2	8,0	8,9	5,6	-3,1
A. M. Lisboa	50.477	5,6	7,1	7,5	-14,0	47.975	5,2	6,2	7,7	5,9	49,1
Alentejo	9.854	6,4	6,6	8,4	-8,7	10.013	5,3	9,6	7,8	4,2	13,9
Algarve	7.083	8,9	7,6	13,6	-12,7	7.760	8,4	14,3	9,8	9,1	5,6
R. A. Açores	3.413	6,5	6,8	8,1	-14,6	3.453	5,2	9,4	9,0	4,9	-22,3
R. A. Madeira	3.270	7,0	8,5	6,3	-13,4	3.440	5,0	1,0	10,1	5,8	-16,8
Portugal	149.106	6,1	7,4	7,6	-13,4	148.913	5,2	7,8	8,7	5,6	0,3

As restantes regiões apresentaram acréscimos no RDB similares ao país, destacando-se a Região Autónoma da Madeira que, apesar do crescimento do RPB claramente superior ao do país, apresentou uma variação do RDB 5,0%, inferior ao país, devido à forte redução das outras transferências correntes diversas (-16,8%), onde se incluem os depósitos de emigrantes, que registaram uma contração de 12,1%.

Situação diferente observou-se na Área Metropolitana de Lisboa, com um crescimento do RPB abaixo do país, mas cujo RDB beneficiou do crescimento das prestações sociais (5,9%), onde se inclui indemnizações (12,8%), e do crescimento mais moderado dos impostos (6,2% face a 7,8% do país) e das contribuições (7,7% face a 8,7% do país).

⁸ Rendimentos diretos das famílias gerados pela sua participação no processo produtivo e saldo dos rendimentos de propriedade.

⁹ Resulta das alterações no RPB decorrentes da ação redistributiva dos rendimentos pela política fiscal e do saldo das outras transferências correntes.



O Norte foi a região com menor crescimento do RDB (4,6%) explicado pelo aumento das prestações sociais (5,1%) ligeiramente abaixo do país e por um maior crescimento dos impostos (9,1%) e das contribuições (9,7%).

O quadro 6 evidencia as assimetrias regionais dos principais indicadores de rendimento: PIB *per capita*; RPB e RDB das famílias *per capita*. Embora as diferenças regionais do RDB *per capita* e, sobretudo, do RPB *per capita* das famílias sejam significativas, apresentam valores inferiores aos do PIB *per capita*.

Quadro 6. Distribuição regional e Índices de disparidade do PIB, RPB e RDB *per capita* por NUTS II – 2021

Regiões	2021								
	PIB <i>per capita</i>			RPB <i>per capita</i>			RDB <i>per capita</i>		
	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)
Norte	18.262	87	7,6	12.822	89	6,2	12.818	89	4,8
Centro	18.506	88	6,8	13.130	91	6,1	13.703	95	4,8
A. M. Lisboa	26.721	127	6,9	17.608	122	5,6	16.735	116	5,2
Alentejo	19.658	94	10,6	14.106	97	7,0	14.334	99	5,8
Algarve	21.943	105	12,7	16.218	112	9,3	17.766	123	8,8
R. A. Açores	18.829	90	9,7	14.090	97	6,6	14.258	99	5,4
R. A. Madeira	19.788	94	13,0	12.875	89	7,0	13.544	94	5,0
Portugal	20.987	100	7,8	14.484	100	6,2	14.465	100	5,2
Máx-Min	8.459	40	-	4.786	33	-	4.948	34	-

Em 2021, o diferencial entre a região com maior e menor índice de PIB *per capita*, RPB *per capita* e RDB *per capita* foi de 40%, 33% e 34%, respetivamente, tendo havido um ligeiro desagravamento na disparidade dos dois primeiros indicadores em relação ao ano anterior.

Para o país, o RDB *per capita* é praticamente idêntico ao RPB *per capita* existindo, contudo, diferenças entre as regiões. Ainda assim, tendo como referência a média do país, é de assinalar que a Área Metropolitana de Lisboa foi a única região que, com a ação redistributiva dos rendimentos e das outras transferências correntes, apresentou um índice de RDB *per capita* inferior (cerca de 6 p.p.) ao respetivo índice de RPB *per capita*. Com a exceção do Norte, as restantes regiões beneficiaram em termos relativos das transferências sociais, aumentando o RDB *per capita* face ao RPB *per capita*, sobretudo o Algarve e a Região Autónoma da Madeira (com 11 p.p. e 5 p.p., respetivamente), seguidos do Centro (4 p.p.) e do Alentejo e da Região Autónoma dos Açores (ambos 2 p.p.).

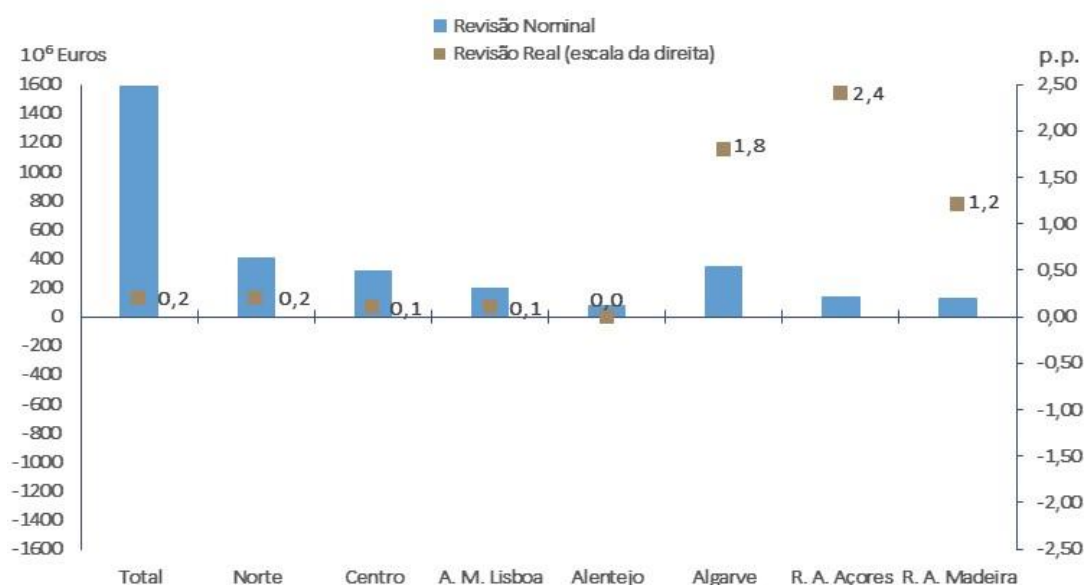
Observa-se que a redistribuição dos rendimentos reduziu as diferenças entre as regiões, havendo uma diminuição da disparidade na passagem do RPB *per capita* ao RDB *per capita*, com exceção do Algarve que, na passagem ao RDB *per capita*, superou a Área Metropolitana de Lisboa, em larga medida devido às prestações sociais recebidas do resto do mundo.



V. Revisões

A revisão nominal pouco expressiva em alta do PIB nacional em 2021 face à conta provisória, em consequência da compilação das Contas Nacionais finais, traduziu-se em revisões no mesmo sentido no PIB das diferentes regiões, como ilustra a figura seguinte.

Figura 6. Revisão do PIB por NUTS II – 2021



Em todas as regiões, exceto na Área Metropolitana de Lisboa, para a revisão nominal positiva do PIB contribuiu, sobretudo, a revisão do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração*, especificamente a revisão em alta do VAB das *atividades de alojamento e restauração*. Na Área Metropolitana de Lisboa foi a revisão em alta do VAB dos *serviços prestados às empresas* que mais contribuiu para revisão do PIB da região. O PIB das restantes regiões também beneficiou da revisão em alta do VAB dos *serviços prestados às empresas*.

As regiões que apresentaram as maiores revisões do PIB em termos reais foram a Região Autónoma dos Açores (2,4 p.p.), o Algarve (1,8 p.p.) e a Região Autónoma da Madeira (1,2 p.p.), resultado em grande medida da revisão em alta do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração*, ramo particularmente relevante na estrutura produtiva destas regiões. A revisão positiva do PIB do Algarve e da Região Autónoma da Madeira também beneficiou da revisão do VAB do ramo dos *serviços prestados às empresas* enquanto a revisão do PIB da Região Autónoma dos Açores beneficiou da revisão do VAB do ramo da *administração pública, defesa, saúde e educação*.

Refira-se que o PIB do Alentejo não foi revisto em termos reais.